

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: BNDES venderá R\$ 38,8 bi em ações no próximo ano.....	2
Título: É preciso acelerar extração de petróleo, diz presidente da Firjan	3
Título: Crise na Bolívia prejudica fornecimento de gás à indústria.....	4
Título: Faro Energy avalia cancelar investimento de R\$ 600 mi	5
Título: Tensão entre EUA e China dita preços das commodities	7
Título: STF libera processo de cassação em SP da inscrição estatual de Manguinhos	9
Título: Curta.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Gasolina cara pressiona abastecimento de etanol	11
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Valorização do dólar torna exportadoras mais atraentes	12
Título: Quem paga a conta da luz?.....	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/12/2019****Seção: Capa****Autor: Flávia Furlan e Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: BNDES venderá R\$ 38,8 bi em ações no próximo ano**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) traçou um cronograma inicial das próximas quatro ofertas de ações que fará em 2020, como parte de seu programa de desinvestimento, apurou o **Valor**. O plano é vender a segunda tranche de ações da JBS, uma participação relevante em Petrobras, as ações da Copel e as da Tupy - que, considerando valores atuais, representam vendas de R\$ 30,8 bilhões.

Como a primeira tranche de oferta de JBS, inicialmente planejada para dezembro, pode ser postergada para janeiro, o montante de ações a serem vendidas por sua subsidiária BNDESPar no próximo ano deve subir a R\$ 38,8 bilhões.

A segunda tranche de JBS, também de R\$ 8 bilhões, e a oferta de R\$ 18 bilhões em ações da Petrobras devem ocorrer no primeiro semestre de 2020, com distribuição pública pelo processo mais rápido de aprovação previsto pela CVM.

No caso da petrolífera, há possibilidade de liquidar parte das ações das duas classes (ON e PN) e também ADRs (depósitos de ações em bolsa nos EUA). A posição total da BNDESPar na estatal é de quase R\$ 52 bilhões. Seguindo o cronograma, o banco encerra o ano sem ações da JBS na carteira.

A venda de ações detidas na empresa de energia Copel, cerca de R\$ 4 bilhões, também está no cronograma do primeiro semestre, mas como oferta restrita. Para o segundo semestre, ficaria a venda de ações da fundição Tupy: cerca de R\$ 800 milhões em uma oferta restrita.

“Esse é um cronograma discutido com o conselho do BNDES. Pode haver alteração conforme o desempenho do mercado e conforme a preparação das ofertas, como está ocorrendo agora com a primeira venda de JBS”, disse uma fonte. A intenção era vender essa tranche até 20 de dezembro. Os bancos foram escolhidos, no entanto, o banco acelerou a venda de ações da Marfrig, do mesmo setor, para a primeira quinzena do mês, no montante de R\$ 1 bilhão, conforme antecipado pelo **Valor**.

O plano do BNDES é reduzir sua carteira de cerca de R\$ 120 bilhões de investimentos e participações, chegando o mais perto de zero em três anos. O banco ainda não enviou as solicitações de proposta - ou, no jargão de mercado, RFPs, sigla de “request for proposal” - aos bancos de investimento para definir

coordenadores, mas já começou a abordar instituições apresentando o cronograma.

Se esse cronograma for executado, cumprirá um terço dos desinvestimentos já no primeiro ano. Procurado, o BNDES disse que “não comenta estratégia no âmbito de suas companhias investidas”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: É preciso acelerar extração de petróleo, diz presidente da Firjan

Para Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, é preciso tirar essa riqueza do solo antes que o mundo perca o interesse e o país fique no prejuízo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, alerta para a necessidade de o Brasil intensificar a exploração petrolífera e tirar essa riqueza do solo antes que o mundo perca o interesse nele e o país fique no prejuízo.

Ao **Valor** o líder empresarial disse que é preciso um “fast track” (via rápida) para a extração do óleo, especialmente na camada do pré-sal, antes que a tendência de busca de fontes alternativas de energia ganhe ainda mais força. “O governo e os parlamentares precisam ter percepção disso.”

Ele lembrou que hoje, com o petróleo na faixa de US\$ 60, considerando um volume de 2 milhões de barris diários, cada dia de atraso no processo de leilões de novos campos representa um prejuízo de US\$ 120 milhões. O dado, explica, é meramente ilustrativo, com o objetivo de evidenciar o que significa o ritmo que ele ainda considera lento, apesar de reconhecer os avanços do governo ao leiloar neste ano as áreas da chamada cessão onerosa e fazer rodadas de pré-sal e também do pós-sal.

“A necessidade do petróleo vai acabar antes de o petróleo acabar. A velocidade de substituição de energia no mundo é alta”, disse. “Temos obrigação de tirar o petróleo enquanto o mundo ainda quer esse combustível. Precisamos aumentar a velocidade e retirar essa riqueza para distribuir com os brasileiros.”

Gouvêa avalia que a economia brasileira está melhorando gradualmente. Para ele, a combinação de juros baixos, reformas como a da Previdência e a Lei da Liberdade Econômica são elementos que apontam para uma trajetória de aceleração do nível de atividade. “Estamos saindo do buraco e não tem no mundo um país com potencial de upside [alta] como o Brasil”, disse.

O empresário apontou ainda que é preciso avançar em outras frentes, como a redução do custo de recolhimento de impostos no país, que é muito alto para as empresas. Para ele, a carga tributária em si não é tão alta, e sim mal distribuída e com um processo de recolhimento complexo.

“Após sair do buraco, é natural que a velocidade de retomada demore um pouco. Quanto mais rápida as reformas forem aprovadas, melhor”, disse Gouvêa, que concorda com as estimativas da maioria dos analistas de mercado de que o Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano deve crescer entre 2% e 2,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/12/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo

Título: Crise na Bolívia prejudica fornecimento de gás à indústria

Apesar de o impasse político começar a arrefecer na Bolívia, o setor produtivo ainda sofre as consequências da crise recente. Desde o rompimento do gasoduto Carrasco-Cochabamba, que abastece também Oruro e La Paz, em 12 de novembro, o fornecimento de gás natural para o oeste do país foi interrompido, levando a produção industrial a cair 50%.

O rompimento afetou o mercado local e acendeu um alerta sobre a capacidade de atender o mercado externo. A exportação para Brasil e Argentina ainda não foi prejudicada, mas houve desistência de negócios diretos com o governo boliviano. Dados oficiais sobre reservas provadas menores que o estimado elevaram incertezas sobre a capacidade de exportação.

“Cerca de 140 empresas de La Paz, Cochabamba e Oruro foram afetadas”, diz Yussef Akly, diretor da Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos e Energia. As causas do rompimento estão sendo investigadas, mas suspeita-se de um ataque que deixou o gasoduto de 450 quilômetros sem pressão. A explosão danificou 200 metros do duto.

Segundo Akly, com o rompimento, 2 milhões de metros cúbicos diários deixaram de ser entregues às três regiões. A indústria, diz, consome 2,5 milhões de metros cúbicos diários - cerca de 3% da produção do país. “Com o incidente, a produção industrial caiu 50%”, diz Victor Hugo Carazas, analista de energia. Segundo ele, os setores mais prejudicados são os de alimentos e cimento.

“Muitas empresas estão vendendo estoques, mas não produzem nada desde o dia 13”, diz Fernando Hinojosa, gerente da CNI da Bolívia. “A Cervecería Boliviana, por exemplo, está com as suas cinco unidades de produção paradas.” Rudy Rivera, dono da Indatrop, que envasa palmito e produz geleia, e da Inbolteco, de tijolos, deu férias coletivas aos funcionários.

Não há estimativas de impacto no PIB, pois ainda há pontos de bloqueio, que prejudicam a distribuição. “A situação não está 100% normalizada”, diz Hinojosa. Para Mauricio Medinaceli Monroy, analista boliviano, embora as exportações ainda não tenham sido afetadas, a redução da estimativa de reservas provadas coloca em dúvida a capacidade futura de exportar.

Na semana passada, a Petrobras encerrou negociações para a venda de duas fábricas de fertilizantes para a russa Acron. A Acron compraria diretamente da Bolívia o gás para a fabricação dos fertilizantes. Segundo fontes, as incertezas políticas contribuíram para o fracasso do negócio.

Na quarta-feira, o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Víctor Zamora, reduziu a estimativa de reservas. Em agosto de 2018, o governo havia dito que as reservas provadas eram de 10,7 trilhões de pés cúbicos (TCF). Zamora disse, porém, que as reservas provadas desenvolvidas - com poços perfurados - são de 5,78 TCF e as provadas não desenvolvidas - sem perfuração - são de 3,27 TCF.

O ministro nega que isso possa afetar a exportação. Mas, para uma fonte do setor, a Bolívia pode ter de começar a negociar envio de volumes menores de gás para o Brasil e a Argentina no longo prazo. “As reservas provadas mostram que a produção pode cair se não forem descobertos novos campos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Faro Energy avalia cancelar investimento de R\$ 600 mi

A companhia Faro Energy, com sede em Londres e escritório em São Paulo, avalia cancelar um plano de investimentos de R\$ 600 milhões para o Brasil nos próximos 18 meses, caso seja aprovada a proposta atual da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a mudança das regras referentes ao uso de geração solar distribuída no país. De acordo com o principal executivo da empresa no Brasil, Pedro Mateus, a proposta atual elimina o retorno dos projetos e gera insegurança jurídica.

“O plano de investimentos de R\$ 600 milhões em 18 meses passará para zero, se o texto [proposto pela Aneel] for mantido como está”, disse Mateus, que participou de evento sobre geração distribuída da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil (Britcham), na última semana, no Rio.

O executivo acrescentou que a empresa teve uma linha de crédito de R\$ 100 milhões recusada por um banco privado no país, devido à incerteza com relação à mudança regulatória.

A Faro Energy possui quase 50 megawatts-pico (MWp) - unidade de potência para fonte solar fotovoltaica - em projetos em operação e construção no país, com investimentos totais da ordem de R\$ 200 milhões.

Alexei Vivan, sócio do Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel Advogados e diretor presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), que participou do encontro promovido pela Britcham, disse que, conceitualmente, a mudança de regra para o segmento faz sentido e já era prevista. A questão, explicou ele, é a dosagem da mudança regulatória e a necessidade de uma definição sobre o assunto para eliminar incertezas jurídicas.

A questão remete à discussão atual na Aneel sobre o aperfeiçoamento da resolução normativa 482/2012, que definiu as regras para o negócio de geração distribuída (GD) no país. Neste mês, a autarquia prorrogou para até o fim do ano o prazo para o recebimento de contribuições no âmbito da consulta pública aberta sobre o assunto. A expectativa da agência é publicar a nova regra no primeiro semestre de 2020.

De acordo com a resolução 482/12, para estimular o setor, os projetos de GD são isentos do pagamento pelo uso da rede de distribuição. Quando a energia gerada pelos painéis fotovoltaicos não é consumida pelo usuário, ela é injetada no sistema. O volume de energia fornecido à rede é descontado da fatura do usuário cobrada pela distribuidora. E o custo do uso da rede é repartido pelos demais consumidores da concessionária de energia.

Ocorre que, com a intensificação de projetos de GD, principalmente de fonte solar fotovoltaica, devido à redução de custo da tecnologia, o subsídio a ser pago pelos demais consumidores tende a se tornar cada vez maior. Diante desse cenário, a Aneel pretende modificar a regra, fazendo com que os usuários de GD paguem pelo uso da rede de distribuição.

Estudo feito pelo Ministério da Economia prevê que o sistema de compensação atualmente em vigor custaria ao sistema elétrico brasileiro mais de R\$ 56 bilhões, entre 2020 e 2035. “Em valor presente, seria equivalente a R\$ 34

bilhões, suficiente para construir mais de 9 mil creches, ou comprar 180 mil ambulâncias”, afirma a pasta no documento.

Após elaborar cinco alternativas para a mudança das regras para o uso GD no país, a Aneel propôs para a consulta pública o cenário em que há a maior incidência de cobrança pelo uso da rede de distribuição por parte dos usuários dos painéis fotovoltaicos, o que tem sido motivo de queixas do setor de energia solar.

A proposta da Aneel prevê ainda que os usuários que já possuem equipamentos solares em suas residências só passem a pagar pela tarifa de uso do sistemas de distribuição (Tusd) a partir de 2031.

Investidores e usuários do setor solar, no entanto, criticam que o prazo é muito curto e altera a taxa de retorno dos projetos.

Estudo elaborado pela Greener, empresa de pesquisa e consultoria especializada no setor, indica que o mercado de GD a energia solar pode perder 50% de seu potencial de crescimento nos próximos cinco anos, caso as mudanças propostas pela Aneel sejam de fato implementadas. Mesmo considerando que os usuários atuais só passem a pagar pela Tusd a partir de 2031, a Greener indica que eles deixariam de economizar cerca de R\$ 7,5 bilhões, na conta de luz.

No encontro da Britcham, participantes comentaram que a Aneel teria sinalizado com a possibilidade de alterar a data da cobrança dos atuais usuários, para daqui a 25 anos. Segundo Mateus, da Faro, porém, o problema é que não há nenhum documento registrando essa possibilidade até o momento.

A versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima que, mesmo com as mudanças regulatórias, a capacidade instalada da geração distribuída passará da marca atual de 1,5 gigawatts (GW) para 11 GW, exigindo investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Chiara Quintão — De São Paulo

Título: Tensão entre EUA e China dita preços das commodities

Cotação do barril de Brent apresentou alta de 3,7% e a tonelada do minério de ferro aumentou 1,73%

A tensão comercial entre Estado Unidos e China impacta os preços das commodities no mundo. Em novembro, a cotação do barril de petróleo Brent apresentou alta de 3,7%, chegando a US\$ 62,48. Já a tonelada de minério de ferro teve aumento de 1,73% no mês passado, fechando a US\$ 87,46 a tonelada, no porto chinês de Qingdao, conforme a publicação especializada “Fastmarkets MB”. No ano, a valorização é de 20,25%.

Segundo o analista de petróleo e energia da XP Investimentos, Gabriel Francisco, mais uma vez a tensão comercial entre os Estados Unidos e a China ditou o comportamento da demanda no mês passado.

“Foi um mês bem volátil no preço do petróleo. Essa instabilidade nas relações comerciais influencia o lado da demanda. Ocorreu algum alívio parcial com a divulgação de dados de alguns países, como os EUA, que mostraram uma certa desaceleração na economia”, disse Francisco.

No lado da oferta, o analista disse que há uma pressão por parte da Rússia para manter o acordo de cotas feito pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) até março de 2020, quando termina o prazo para diminuir a produção. A expectativa, segundo Francisco, é que na próxima reunião, marcada para quinta-feira, os países da Opep decidam pelo fim do acordo de cotas. “A Opep terá que decidir entre participação ou manutenção do preço.”

“A Rússia tenta ainda retirar das cotas o condensado de gás natural, porque deve aumentar a produção desse produto com o início da operação de campos no Ártico e na Sibéria. Hoje, condensado de gás natural representa de 7% a 8% da produção russa.”

Já em relação ao preço do minério de ferro, a expectativa para o próximo ano é de aumento de oferta no mercado marítimo, informou Daniel Briesemann, do banco alemão Commerzbank à agência Dow Jones. “As interrupções na Austrália foram resolvidas e as minas que foram forçadas a fechar no Brasil estão gradualmente retomando as operações”, disse Briesemann.

Os preços do minério de ferro dispararam no início do ano após o rompimento da barragem da Vale ter provocado uma interrupção na oferta. No entanto, houve queda em agosto e, desde então, são negociados em uma faixa de preço menor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Luísa Martins — De Brasília****Título: STF libera processo de cassação em SP da inscrição estadual de Manguinhos**

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou a continuidade do processo de cassação da inscrição estadual da Refinaria de Manguinhos (Refit) em São Paulo, diante de um valor bilionário devido pela empresa aos cofres do governo a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Na decisão, Toffoli derruba decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que havia impedido a cassação da inscrição, sob o argumento de que isso inviabilizaria o plano de recuperação judicial da refinaria.

Segundo o ministro, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) conseguiu demonstrar que a manutenção da decisão comprometeria valores públicos sociais e econômicos.

“Aparece significativa a perda de arrecadação do Estado com impactos negativos axiomáticos relativamente às políticas públicas de atendimento à população”, escreveu o presidente do STF.

Para Toffoli, a polêmica na relação entre a refinaria e a Fazenda Pública de São Paulo impacta diretamente o poder de definição de prioridades políticas na gestão de recursos públicos do Executivo e na programação orçamentária aprovada pelo Poder Legislativo paulista - o que fere o regulamento do ICMS no Estado.

A PGE-SP afirma que, só em débitos inscritos em dívida ativa, Manguinhos já deve R\$ 2,7 bilhões ao Estado de São Paulo, o que enquadra a empresa como “verdadeira devedora contumaz”. A maior parte desse montante é relativa a ICMS declarado como substituição tributária - isto é, a refinaria, como responsável pelo recolhimento antecipado do imposto de toda a cadeia operacional, recebe o imposto mas não estaria repassando esses valores ao erário paulista.

“O dinheiro entrou no caixa da empresa e foi por ela apropriado, sem qualquer reversão aos seus credores. Atenuar essa situação, blindando a empresa com a teia de proteção, além de ilegal, é absolutamente imoral”, alegaram os procuradores do Estado.

Segundo eles, o valor sonegado, em poucos meses, seria capaz de pagar todos os credores concursais da recuperação judicial, enquanto a Fazenda do Estado vem financiando as atividades da refinaria “com grande prejuízo a toda sua população”.

Em parecer solicitado por Toffoli, a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, havia se manifestado favoravelmente à continuidade da cassação.

Ela afirmou que a interrupção do processo de cassação da inscrição traria “risco de grave lesão à economia pública, uma vez que a redução na arrecadação do tributo gera importante impacto nas finanças públicas, além de injustificado embaraço na execução das políticas públicas”.

A eventual cassação da inscrição estadual impede a refinaria de emitir documento fiscal em território paulista, mas não a continuidade das atividades comerciais da empresa. Isso porque Manguinhos tem sede no Rio de Janeiro - em São Paulo, está apenas inscrita como contribuinte na condição de substituta. A mudança estaria no modo de recolhimento do ICMS, que passaria a ser efetuado em cada operação, por meio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE).

Em setembro, os advogados Marcos Joaquim e Luís Inácio Adams - este, ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) - afirmaram ao **Valor** que não há ilegalidade na atuação de Manguinhos, da qual são representantes na Justiça.

Segundo os advogados, o Supremo Tribunal Federal tem precedente segundo o qual é constitucional a utilização de precatórios como forma de pagamento de um tributo - e que, em razão disso, a Refit não pode ser considerada devedora contumaz.

“A refinaria tem débitos fiscais vinculados a precatórios e, portanto, segue a definição do STF. A discussão desses débitos não representa qualquer risco à ordem pública para São Paulo. Na lista de maiores devedores usada pelo próprio Estado, a Refinaria não representa nem 2% do total”, apontaram, na ocasião.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 02/12/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curta

União Eletrosul e CGTEE

A Eletrobras informou na sexta-feira a que foi revogada a liminar que suspendia as assembleias que iriam aprovar a incorporação da Eletrosul pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). A liminar foi concedida pela 2ª Vara Federal de Florianópolis, informou a Eletrobras em 30 de agosto. Em 26 de setembro, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, teve que rebater no Congresso questionamentos sobre a união das companhias. Ambas atuam na região Sul.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 02/12/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Nayara Azevedo e Gustavo Porto**Título:** Gasolina cara pressiona abastecimento de etanol

Coluna do broadcast agro

O reajuste nos preços da gasolina ligou o sinal de alerta no governo quanto ao abastecimento de etanol hidratado no Brasil. Aos poucos, os dois aumentos anunciados pela Petrobrás às destilarias em novembro, um total de 6,88%, são repassados aos postos de combustíveis e novas altas podem ocorrer.

Valorizado, o combustível de petróleo dá competitividade ao etanol, desde que este siga abaixo da paridade de 70% do preço da gasolina. Mas o período é de entressafra da cana-de-açúcar, que vai até março de 2020. Sem produção nova, os estoques são utilizados para atender a uma demanda pelo biocombustível, que segue aquecida.

» Sob controle. O total estocado de etanol hidratado no País era de 7,48 bilhões de litros em 15 de novembro, volume 8,6% maior que os 6,89 bilhões de litros em igual data do ano passado, segundo dados do governo. No entanto, a demanda pelo combustível está 12% maior na atual safra, iniciada em abril, e, na esteira das altas na gasolina, o consumo não deve cair. Até agora, a situação é considerada controlada. O governo e o setor privado avaliam que um possível desabastecimento do etanol poderia ser suprido por importações.

COLABOROU ISADORA DUARTE

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/12/2019****Seção: Economia****Autor: JOÃO SORIMA NETO****Título: Valorização do dólar torna exportadoras mais atraentes**

Com receita em moeda americana, papéis são opção para quem quer sair da renda fixa, mas é preciso analisar caso a caso

A escalada da moeda americana em novembro — o dólar comercial fechou o mês com valorização de 5,73% — abre oportunidades para que empresas exportadoras ampliem os ganhos neste novo cenário. Companhias dos setores de papel e celulose, proteína animal, petróleo e de mineração, que têm parte importante de sua receita em moeda estrangeira, tendem a se beneficiar da alta no câmbio, que, na avaliação de especialistas, atingiu um novo patamar e deve permanecer acima dos R\$ 4.

As ações dessas empresas surgem então como opção para quem está deixando a renda fixa e estreando na Bolsa em busca de um retorno um pouco mais generoso que o dos juros — atualmente no menor patamar histórico, 5% ao ano. No entanto, especialistas apontam que o câmbio não é o único elemento que pesa na decisão de comprar um papel. Há outras variáveis e riscos a serem considerados, principalmente no longo prazo.

— Primeiro é preciso pensar em Bolsa como investimento de longo prazo. Ou seja, não adianta comprar ações de exportadoras em busca de ganho rápido apenas porque o dólar subiu — observa Maurício Pedrosa, diretor da Áfira Investimentos, especialista em gestão de recursos.

O consultor de investimentos Paulo Bittencourt alerta que o investidor não deve colocar uma ação em sua carteira apenas porque ela é exportadora. Embora essas companhias se beneficiem da alta do dólar, é preciso observar as perspectivas do segmento em que elas atuam. Ele lembra que muitas empresas com receita em dólar também têm custos em moeda americana, como é o caso da Embraer, que disputa o mercado global de aviões. Portanto, se a receita aumenta, os custos também sobem.

— Não se pode comprar uma ação de companhia exportadora apenas porque o dólar subiu. É preciso analisar as perspectivas de cada setor — resalta Bittencourt.

Além disso, alertam os especialistas, é necessário observar se haverá mesmo uma mudança estrutural no patamar do câmbio —ou seja, se o dólar a R\$ 4 realmente chegou para ficar —ou se a situação é apenas conjuntural.

Para Pedrosa, o dólar de fato mudou de patamar. Com a queda da Taxa Selic, investidores que tomavam dinheiro a juros mais baixos no exterior para aplicar em títulos públicos e ganhar com o juro brasileiro (o chamado carry trade) ficaram desestimulados. Ou seja, esse fluxo de dólares para o país diminuiu, explica o especialista, estimulando a alta na cotação. A frustração com o leilão dos campos de petróleo do pré-sal, em que se esperava a participação de empresas estrangeiras trazendo dólares ao país ainda este ano, também puxou para cima as expectativas para o câmbio.

CARTELA DE OPÇÕES

Em relatório divulgado a clientes, o banco suíço Julius Baer mudou sua perspectiva de câmbio no Brasil para os próximos três meses, de R\$ 4,05 para R\$ 4,15. Entre os fatores que contribuíram para essa revisão, destacou o analista Mathieu Racheter, foi o acirramento do cenário político com a libertação do ex-presidente Lula, além do leilão do pré-sal e da queda dos juros.

Entre as opções de ações com boas perspectivas, os analistas citam as empresas exportadoras de proteína animal, como JBS, BRF, Minerva e Marfrig. Elas vivem um momento positivo não apenas pela alta do dólar, ressaltam os especialistas. Há um aumento de demanda da China por carne, e os preços em dólar subiram em média 30% no trimestre passado. A Seara, que pertence à JBS, viu sua receita crescer 8% entre julho e setembro, puxada pelo mercado externo. A Minerva, segundo relatório da Ativa Investimentos, tem “flexibilidade comercial”, o que propicia à companhia força nas exportações em momentos de dólar forte.

— O mercado de carne deve continuar aquecido. A demanda da China por proteína deve perdurar por algum tempo — diz Ilan Arbetman, analista da Ativa.

Em relatório, a Ativa destaca que a BRF, uma das maiores exportadoras de carne halal (produção que segue preceitos islâmicos), também tem forte presença internacional. A empresa sofreu com questões de governança (foi envolvida na Operação Carne Fraca, da Polícia Federal), mas elaborou um plano de reestruturação para contornar esses problemas, além de vender ativos e reduzir a dívida.

Já no setor de papel e celulose, a Suzano, por exemplo, tem 90% de suas receitas atreladas à moeda estrangeira, o que é out

uma vantagem no atual cenário de câmbio valorizado. O setor de celulose, no entanto, está com os preços internacionais perto das mínimas com um elevado estoque global.

— Portanto, mesmo que o dólar ajude todas as empresas exportadoras, é preciso analisar caso a caso — observa Arbetman.

IMPACTO NAS DÍVIDAS

No caso da mineradora Vale, a China também representa um fator-chave. A demanda das siderúrgicas chinesas por minério de ferro voltou a crescer, mesmo com a guerra comercial com os EUA, lembra o economista João Augusto Salles. Atualmente, o preço da tonelada do minério gira em torno de US\$ 80 a US\$ 90 por tonelada. Mas, em janeiro, chegou a US\$ 110 por causa do desastre de Brumadinho.

— A Vale é beneficiada pela alta do dólar. E, em 2020, deve voltar a pagar dividendos — diz Salles.

No caso da Petrobras, que também exporta parte de sua produção de petróleo, a expectativa é que, em 2020, o total de barris diários produzidos suba dos atuais 2 milhões para 2,2 milhões, crescendo até atingir 2,9 milhões em 2024. Hoje, a companhia exporta 700 mil barris/dia, enquanto o consumo doméstico é de 1,4 milhão de barris/dia. A empresa também reduziu seu endividamento e vendeu ativos, mas há fatores que têm penalizado os papéis da empresa esse mês. Um deles foi a avaliação do mercado de que a meta de alta na produção para o ano que vem é tímida. Outro fator é o ainda alto endividamento.

Pedrosa lembra que as companhias exportadoras também têm uma parte de suas dívidas em dólares. Portanto, em um primeiro momento, o câmbio mais elevado acaba tendo um impacto nesses débitos, tornando-os mais caros, o que pode impactar o desempenho das ações da empresa na Bolsa. A JBS e a Marfrig, por exemplo, têm mais de 90% de sua dívida bruta em dólares, enquanto a Petrobras tem pouco mais de 60%.

— Mas as empresas têm refinanciado parte das dívidas em moeda estrangeira em real, já que os juros estão mais baixos — diz Pedrosa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Claubert Leite

Título: Quem paga a conta da luz?

O governo quer mesmo cobrar pelo sol? A possibilidade de a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) taxar a eletricidade gerada por luz solar em residências ou instalações comerciais/industriais tem gerado uma acalorada discussão. A reação das empresas contra a ideia foi forte, antevendo uma redução nas vendas. O mesmo se deu com o consumidor que investiu dinheiro para instalar equipamentos em casa ou na empresa. Todos, alegando se tratar de uma tentativa de taxar o sol, atacaram a Aneel.

Mas essa discussão interessa também para quem não trabalha no setor ou não tem de R\$30 mil a R\$ 100 mil para pagar uma instalação. Imagine que todos concordam em participar de um almoço a R\$ 50 por pessoa. Mas alguns decidem levar a própria comida e alegam que, por isso, não precisam pagar. Acontece que os R\$ 50 não eram só para a alimentação, mas também para custear garçons e faxineiros e o aluguel de pratos e talheres. A mesma lógica acontece com a conta de luz.

O valor que pagamos mensalmente é dividido por duas empresas: a que gera a energia e a que faz a eletricidade chegar à sua casa. Quando alguém começa a produzir energia em casa, reduz tanto sua conta mensal que, além de não pagar a empresa geradora (o que é justo), praticamente deixa de pagar também os outros serviços, embora continue os utilizando.

Se o número de consumidores que produzem eletricidade aumentar, a conta da distribuição vai ser paga somente pelos que não têm condições de fazer esse investimento. Ou seja, a maioria. Mas o que a Aneel propõe não é a melhor solução —até porque não considera subsídios que pagamos e que são muito maiores do que este. Também não estão sendo observados os benefícios que o aumento da geração de energia solar traria —para o meio ambiente e para a economia. Não se trata de criar uma taxa para o sol, mas de reavaliar como deve ser feita a divisão da conta. Acompanhe os próximos capítulos desse debate, porque pode sobrar para o lado mais fraco. Nesse caso, o menos informado.

MME / ASCOM .